

Relatório
e Contas
Consolidadas

HÁ MAIS DE 60 ANOS
A CONSTRUIR O AMANHÃ

CONDURIL.PT



2022





Conservatória do Registo Comercial de Valongo
Capital Social: 9.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568

**Em memória do
Senhor Engenheiro Amorim Martins,
Mestre e amigo**

*agora que o manto da eternidade
pelas mãos dos Deuses tricotado
repousa sobre o seu corpo sereno
ainda frágil e delicado*

*só seremos dignos de navegar
com confiança e com saudade
pelas águas livres do seu legado
se com a corajosa força de outrora
mantivermos o rumo traçado
aproveitando os ventos da tempestade
que acendem a noite em rósea Aurora*

Ricardo Guimarães

Índice

Relatório e Contas
Consolidadas
2022

CAP. 01

A Conduril

04

CAP. 02

Relatório
Consolidado
de Gestão

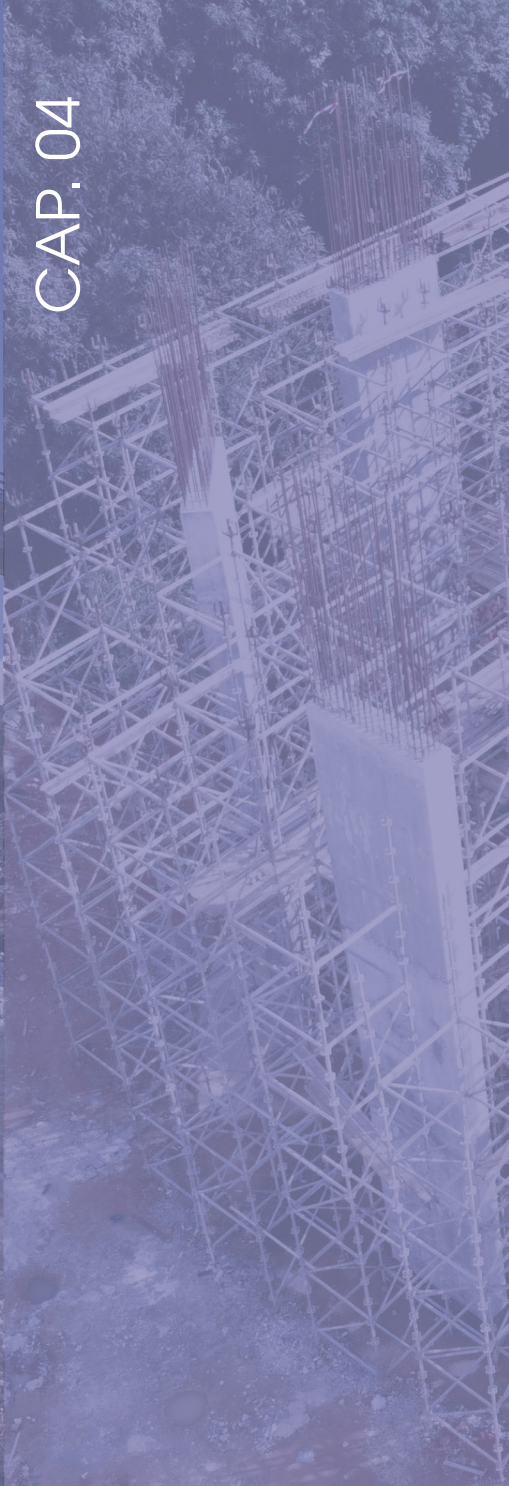
12



CAP. 03



CAP. 04



CAP. 05



Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
e Anexos

22



Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

74



Certificação Legal
das Contas
Consolidadas

78





Portugal



CAP. 01

A Conduril



“Não há
ventos
favoráveis
para
quem não
conhece o
seu rumo”
Sêneca

Mensagem da Presidente da Comissão Executiva

A Conduril está de luto. Faleceu o presidente do Conselho de Administração, o Eng.º António Luís Amorim Martins, que esteve à frente dos desígnios da Conduril desde 1970.

Foram 53 anos dedicados ao desenvolvimento do grupo Conduril, tendo deixado um conjunto de empresas na área da construção fortemente implementado em Portugal e África, com credibilidade reconhecida no mercado.

Foi um líder com visão de futuro que perdurará como uma figura incontornável no setor e no meio empresarial português, tendo sido distinguido com o Prémio AEP “Carreira – Empresário”, em setembro de 2022.

O nosso sincero e profundo agradecimento pelos ensinamentos que nos transmitiu e pelo trabalho desenvolvido. Continuaremos a desempenhar a nossa missão em harmonia com o legado que nos deixa.

Benedita Amorim Martins
Presidente da Comissão Executiva

Há mais de 60 anos a construir o amanhã

1959

Fundação
da Conduril
- Construtora
Duriense, Lda.

1974

Criação do
Laboratório
Central da
Conduril

1990

Admissão à
negociação
na Bolsa de
Valores

Angola

2004

Marrocos

1997

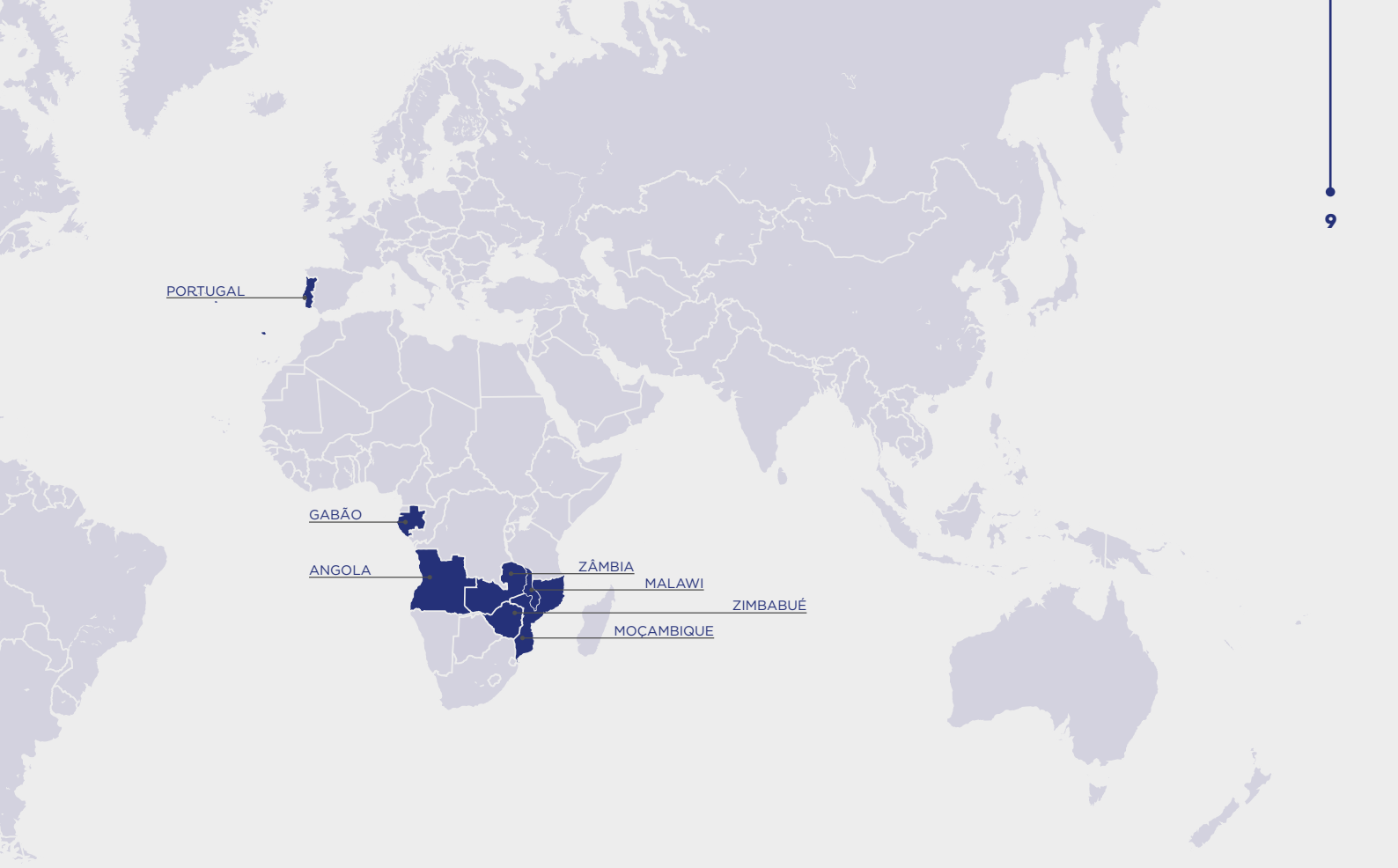
Moçambique

1976

Transformação
em sociedade
anónima
(S.A.R.L.)

1970

Aquisição
pelos
principais
acionistas de
referência



2008

“Melhor Empresa do sector da Construção” (Revista Exame)

Botswana

2010

“Melhor Empresa do sector da Construção” (Revista Exame)

Espanha

2013

Senegal e Zâmbia

2015

“Melhor Empresa do sector da Construção” (Revista Exame)

Gabão

2009

“Empresa do ano” (Revista Exame)

“Melhor Empresa do sector da Construção” (Revista Exame)

2011

Alteração da designação social para “Conduril – Engenharia, S.A.”

Cabo Verde

2014

“Melhor Empresa do sector da Construção” (Revista Exame)

Malawi

2019

Zimbabwe



Visão

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ter uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

Valores

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Júlio Gales Ferreira Pinto (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
Alberto Luciano Costa Santos Rolo (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)





CAP. 02



Relatório
Consolidado
de Gestão





Relatório Consolidado de Gestão

O Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., no cumprimento dos estatutos e disposições legais aplicáveis, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do período e demais documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2022.

1.

O contexto mundial dos últimos anos trouxe um acréscimo muito significativo de incertezas e novas realidades que os agentes económicos tiveram de enfrentar e às quais tiveram de se adaptar. O ano de 2022 era, assim, esperado com grande expectativa como sendo um ponto de viragem e de recuperação a nível global.

Porém, algumas das tendências que já se faziam sentir desde o último trimestre de 2021 foram ainda mais potenciadas pelo conflito armado espoletado pela invasão da Rússia à Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022: uma subida significativa dos preços, em particular na componente energética e na generalidade das matérias-primas, resultado da combinação de diversos fatores como a escassez de matérias-primas, a disrupção nas cadeias de fornecimento e a crise energética.

Na tentativa de refrear a procura interna para, assim, controlar as elevadas taxas de inflação sentidas nas economias das principais áreas económicas mundiais, os bancos centrais respetivos têm vindo a adotar medidas de subida das taxas de juro de referência com consequências diretas nos custos de financiamento.

Inevitavelmente, o desaceleramento económico instalou-se nas principais economias e o relevante crescimento sentido em 2022 deu lugar a um forte abrandamento que se prolongará em 2023.

Portugal não foi exceção e, após ter atingido em 2022 a taxa mais elevada de crescimento do PIB real dos últimos 35 anos, conheceu também a taxa de inflação mais elevada desde 1992. A expectativa de arrefecimento da atividade económica é muito significativa e, para 2023, a previsão da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não vai além de 1%.

Por sua vez, o continente africano foi atingido por uma convergência de choques: uma procura externa mais baixa, um aumento acentuado da inflação global ainda mais ampliado por moedas nacionais mais fracas em relação ao dólar, custos de financiamento mais elevados e eventos climáticos adversos. Consequentemente, e de forma a combater o aumento do custo dos juros e manter a sustentabilidade das suas dívidas, estes países veem-se impelidos a continuar os seus processos de consolidação orçamental e a plena recuperação para valores anteriores à crise pandémica permanece comprometida.

	TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB			TAXA DE INFLAÇÃO		
	2023 PREVISTA	2022 ESTIMADA	2021	2023 PREVISTA	2022 ESTIMADA	2021
Mundial	1,9%	3,0%	5,8%			
Portugal	0,5%	6,6%	4,9%	6,2%	8,0%	0,9%
Angola	2,9%	2,9%	0,8%	11,8%	21,7%	25,8%
Moçambique	5,0%	4,0%	2,3%	8,9%	11,3%	5,7%
Malawi	2,8%	1,4%	3,6%	16,6%	18,4%	9,3%
Zâmbia	3,9%	2,6%	3,9%	9,7%	12,5%	22,0%
Zimbabué	2,9%	3,0%	6,3%	204,8%	284,9%	98,5%
Gabão	3,4%	3,0%	1,5%	3,2%	3,5%	1,1%

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2023 – Nações Unidas

Não obstante todos os constrangimentos que têm afetado transversalmente a atividade económica, a construção tem tido comportamentos diferentes nas zonas geográficas em que o grupo Conduril opera:

- em Portugal, tem sido considerada uma atividade essencial e, como tal, o setor da construção tem demonstrado uma elevada resiliência e uma evolução positiva. O setor beneficia dos elevados números de adjudicações ocorridos em 2020 e em 2021, perspetivando-se até um maior dinamismo em 2023 em resultado dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no Portugal 2020, que se encontra na sua fase final;

→ o mercado africano caracteriza-se, nos últimos anos, por uma significativa redução de projetos, consequência do baixo nível de financiamento externo e interno que suporte os custos de transformação de infraestruturas desejada. Por inferência, a competição tem sido cada vez mais forte entre as empresas (principalmente estrangeiras) com a consequente queda abrupta dos preços, via redução das margens ou, até, via sacrifícios nos custos.

2.

O alento sentido pelo setor da construção em Portugal foi também sentido pelo grupo Conduril. O mercado nacional teve um aumento do volume de negócios de 40% face ao ano transato, crescimento similar ao ocorrido no mercado africano, continuando a representar 63% da atividade da empresa.

Ao incremento significativo do volume de negócios aliou-se uma ampla melhoria dos indicadores económico-financeiros, o que demonstra o crescimento sustentável e a solidez do músculo financeiro da empresa, cruciais para enfrentar os tempos desafiantes vividos e garantir a perenidade do grupo Conduril.

INDICADORES	2022	2021	2020
Ativo (€)	387.048.715	381.358.328	377.031.776
Passivo (€)	179.022.019	186.030.240	198.739.064
Capital próprio (€)	208.026.696	195.328.088	178.292.712
Dívida líquida (€)	-894.932	-4.338.883	11.724.002
Volume de negócios (€)	218.870.901	156.230.714	123.960.649
VAB (€)	82.457.168	63.009.471	49.573.427
EBITDA (€)	27.701.783	17.858.063	12.138.072
Resultado líquido do período (€)	7.257.641	5.784.268	1.141.046
Autonomia financeira	54%	51%	47%
Liquidez geral	206%	188%	157%
Rácio de solvabilidade	116%	105%	90%

Em Portugal, nas grandes empreitadas em curso, atingiram-se fases basilares: na construção da barragem e central do aproveitamento hidroelétrico do Alto Tâmega alcançou-se o coroamento da barragem, enquanto na 3.ª fase da expansão do molhe leste do Porto de Sines completou-se a execução estrutural do molhe. De ressaltar, também, as novas obras angariadas no âmbito do projeto Sines 4.0, empreendimento responsável pela construção de um megacentro de dados em Sines, e a prossecução relevante das obras férreas em curso.

O ano de 2022 foi um importante ano de inflexão em Angola, embora ainda ténue, na retoma da trajetória de crescimento e de estabilidade. Para tal, foi importante o contributo do processo eleitoral ocorrido em agosto, que favoreceu a credibilização internacional do sistema democrático neste país. Neste contexto, o grupo Conduril angariou algumas obras públicas novas, nomeadamente, para o Governo Provincial de Benguela e para o Ministério das Obras Públicas.

Por sua vez, em Moçambique, a atividade do grupo Conduril sofre uma elevada estagnação, fruto das dificuldades que o país tem sentido. A instabilidade terrorista no norte



Portugal >

do país teve como principal consequência a paralisação do importante projeto de gás natural, aguardando-se com expectativa o apaziguamento da zona a curto prazo.

A entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI) na Zâmbia veio serenar os mercados e os investidores, o que, aliado aos elevados preços das matérias-primas, como é o caso do cobre, fomentam perspectivas animadoras para o país e para o grupo Conduril. Em 2022, foi angariada a nova obra de reabilitação e extensão da rede de águas e esgotos em Mufulira, com financiamento internacional, e a obra de reabilitação e encerramento de barragens, também em Mufulira, para o Ministério de Minas, o que potencia o desenvolvimento e a presença neste mercado para os próximos anos.

No Malawi, apesar de não se ter ganho qualquer projeto novo, o que se encontra em execução – a construção de parte do canal de irrigação de Shire Valley – teve um ritmo de produção considerável.

No Gabão, após ter sido terminada com sucesso a obra de drenagem em Libreville, a empresa consolidou a presença neste mercado com a execução de uma obra de abastecimento de águas que está a decorrer conforme o planeado.

Perante a exiguidade de projetos e a instabilidade económica que o Zimbabué atravessa, o grupo Conduril reequacionou a sua atuação neste país e optou por encerrar a sua atividade.

3.

Desde a sua origem, o grupo Conduril tem definido na sua missão o compromisso com a responsabilidade social dos seus colaboradores e acionistas. Porém, em 2022, ciente do seu impacto na sociedade e no meio ambiente, o grupo decidiu ir mais além e, alinhado com o compromisso da Organização das Nações Unidas (ONU) em matéria de ESG (Environmental/Ambiente, Social/Social e Corporate Governance/Governança empresarial), definiu a sua Política de Responsabilidade Social Corporativa e incorporou na sua estratégia empresarial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formalizando o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Na demanda do compromisso assumido de garantir o bem-estar dos seus 2.800 colaboradores, o grupo procura praticar uma política salarial justa e o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal de cada um, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável e uma cobertura abrangente do seguro de saúde que oferece, mantendo como fulcral a sustentabilidade do seu Fundo de Pensões, cujo valor ascendia a 10,3 milhões de euros no final de 2022.

Foi também neste ano que foi concluído o processo de implementação de uma ferramenta de gestão contínua de desempenho, com parâmetros mais objetivos, sistematizados e claros, que permitirá potenciar o desenvolvimento de carreiras internas, promover ativamente a evolução dos trabalhadores e conceder-lhes novas oportunidades, contribuindo para o crescimento dos colaboradores no universo Conduril.

A aposta na formação sempre pautou a atuação do grupo na promoção do desenvolvimento dos seus colaboradores. Apesar de as horas de formação ministradas em 2022 ainda não conseguirem refletir inteiramente este esforço – são ainda muitas as limitações existentes em Angola, resultantes da pandemia por COVID-19 –, foram ministradas mais de 14.000 horas de formação, o que representou um investimento de 148 milhares de euros. Por sua vez, o contributo para o desenvolvimento do meio em que o grupo Conduril está inserido, através dos programas de bolsas de estudo universitário, promovidos pela Conduril Academy, permitiu o apoio a 25 bolseiros, dos quais 3 obtiveram a Licenciatura durante o ano de 2022.

4.

Por forma a assegurar que a política de atuação é transversal às diferentes geografias onde labora, em 2022, o grupo Conduril garantiu também nos Açores a certificação do seu Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Com a preocupação contínua em acautelar a melhoria e segurança dos seus processos, o grupo Conduril iniciou, em 2022, a preparação para a certificação na gestão da Segurança da Informação, de acordo com a ISO 27001, cujo processo espera que fique concluído ainda durante o 1.º semestre de 2023. Também neste âmbito, e de forma a garantir a salvaguarda da informação, ativo fundamental de qualquer empresa, foram realizadas auditorias de segurança informática às diferentes instalações do grupo e encetados todos os esforços para mitigar as eventuais vulnerabilidades detetadas.

O reconhecimento da qualidade dos processos instituídos no grupo Conduril foi corroborado, em 2022, ao nível do Laboratório Central de Materiais em Moçambique, que, além da auditoria APCER, foi acreditado pelo IPAC com a norma NP EN ISO/IEC 17025.



Angola >

Também a política de investimento e reforço da capacidade produtiva não foi descuidada e foi dada continuidade ao relevante esforço levado a cabo nos últimos anos: o investimento próximo de 5 milhões de euros em ativos fixos realizado em 2022 veio somar-se aos mais de 50 milhões já realizados nos três anos anteriores.

5.

No âmbito da sua atuação e da sua governança societária, o grupo Conduril sempre procurou nortear-se pelas melhores práticas.

Em 2022, em articulação com os demais instrumentos internos já plenamente enraizados, o Código de Conduta (Ética e Boas Práticas) e o Regulamento Interno, foi implementado um Programa de Cumprimento Normativo em Matéria de Prevenção e Combate à Corrupção. A execução combinada destes recursos contribuirá para promover o cabal cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, em especial no âmbito de combate a comportamentos ilícitos qualificados como de corrupção ou equiparados, mas também a implementação de medidas que obstem a tais comportamentos e que permitam a denúncia dos mesmos e a responsabilização dos prevaricadores, em conformidade com os princípios de ética, rigor, transparência e responsabilidade que regem a atividade do grupo Conduril.

A exposição acrescida que o Grupo acarreta, pela multiplicidade de geografias em que se encontra, obriga a uma atenção redobrada aos múltiplos riscos, nem sempre previsíveis, que enfrenta. Neste contexto, consciente da importância em criar um sistema robusto de identificação dos riscos, que garanta a sua mensuração, monitorização e a implementação de medidas para os gerir, seja pela mitigação, transferência ou mesmo aceitação, o grupo Conduril empenha-se em garantir o alinhamento e convergência contínua da sua política interna de gestão de riscos com os seus objetivos estratégicos.

6.

As dificuldades sentidas pelo setor da construção ao longo de toda a sua cadeia produtiva continuarão a ser instigadas, em 2023, pela falta de matéria-prima e mão de obra, mas também pelo aumento generalizado de preços e do custo de financiamento, somando-se ainda o desafio da procura por modelos mais sustentáveis.

Não obstante, o ano de 2023 traz também perspectivas otimistas a acrescer à carteira de encomendas, no valor de 520 milhões de euros, já existente:

- em Portugal, está previsto um investimento recorde ao nível das infraestruturas públicas e privadas. No setor público serão lançadas diversas empreitadas, destacando-se a requalificação do IP3 e do IP8, a barragem do Pisão, a linha Rubi do Metro do Porto e as linhas Vermelha e Violeta do Metro de Lisboa, bem como outros investimentos nas infraestruturas de águas, agrícolas e portuárias. No último trimestre, terá início o processo de contratação da parceria público-privada da alta velocidade, embora a contratação e o início dos trabalhos apenas aconteçam em 2024. No âmbito privado, o investimento no setor energético é aquele que se perspectiva mais relevante com o arranque dos investimentos na exploração do lítio e na produção do hidrogénio verde, além da continuidade do investimento no *data centre* de Sines;
- em África, a estabilidade política e económica almejada parece querer começar a produzir resultados, trazendo consigo um incremento dos concursos de obras públicas e particulares. Existem perspectivas muito positivas para o grupo Conduril continuar a angariar novas obras e até novos mercados, com garantias de financiamento internacional, prevendo-se assim um crescimento de 20% no volume de negócios.

7.

Outras informações:

- a) A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos. A sucursal do Gabão foi convertida em subsidiária no 2.º semestre de 2021.
- b) Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 1.800.000 ações ordinárias, com valor nominal de 5 euros cada.

d) No seguimento das deliberações aprovadas na Assembleia Geral do dia 20 de abril de 2022, a Conduril procedeu à extinção das 200.000 ações próprias detidas pela sociedade e à aquisição de 180.000 ações próprias, em bolsa, no mercado Euronext Access, ao preço unitário de 29 euros, as quais representam 10% do seu capital social, com o objetivo de fomentar a liquidez subjacente.

e) Os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A., detidos por titulares do Conselho de Administração, mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações do acionista Jorge Lúcio Teixeira de Castro, que adquiriu 50 ações no dia 23 de março ao valor unitário de 25 euros.

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizados no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8.

O Conselho de Administração propõe no seu relatório e contas individual que o resultado líquido do período de 2022, no montante de 7.238.296 euros, apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.620.000 euros, que correspondem a 1,00 euro por ação;
- Outras reservas: 5.618.296 euros.

9.

O Conselho de Administração deixa uma nota de particular agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com a empresa e com esta se mostraram comprometidos em alcançar os seus objetivos: aos colaboradores, cujo empenho e dedicação fazem a diferença na marca Conduril; aos clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração sempre evidenciada; aos órgãos sociais, pelo apoio e qualidade nas suas intervenções; aos acionistas, pela manifesta confiança demonstrada.

Ermesinde, 07 de março de 2023

O Conselho de Administração



Portugal



CAP. 03



Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
e Anexos



Balanço Consolidado

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2022	2021
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3:7	86.408.576	89.096.037
Ativos intangíveis	3:6	5.397.153	5.594.997
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3:9	494.241	494.241
Outros investimentos financeiros	3:9;18	37.826.787	33.827.624
Ativos por impostos diferidos	3:17	3.352.383	7.889.897
Subtotal		133.479.140	136.902.796
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3:10	20.692.395	16.788.209
Clientes	3:18	123.603.465	105.193.170
Clientes c/retenções de garantias	3:18	7.616.362	6.240.046
Estado e outros entes públicos	20	23.535.535	21.289.866
Acionistas		7.160	7.159
Outros créditos a receber	3:20	28.805.333	35.162.721
Diferimentos	3:20	1.771.795	1.484.510
Ativos financeiros detidos para negociação	3:18	19.307.548	45.410.058
Outros ativos financeiros	3:18	1.521	1.521
Caixa e depósitos bancários	3:4	28.228.462	12.878.274
Subtotal		253.569.575	244.455.533
TOTAL DO ATIVO		387.048.715	381.358.328
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18	9.000.000	10.000.000
Ações próprias	3:18	(5.220.000)	(950.000)
Reservas legais	18	3.525.817	3.470.856
Outras reservas		209.717.121	205.679.034
Resultados transitados		4.914.600	5.719.711
Excedentes de revalorização		2.564.723	1.885.767
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(23.774.968)	(36.291.544)
Subtotal		200.727.293	189.513.824
Resultado líquido do período		7.238.296	5.782.682
Subtotal		207.965.589	195.296.506
Interesses que não controlam		61.107	31.582
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	208.026.696	195.328.088
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3:13	7.032.038	4.029.471
Financiamentos obtidos	3:8;18	45.172.319	45.667.261
Passivo por impostos diferidos	3:17	3.990.582	5.743.386
Outras dívidas a pagar	3:20	-	286.115
Subtotal		56.194.939	55.726.233
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	45.427.873	40.241.278
Adiantamentos de clientes	3	14.107.022	26.410.251
Estado e outros entes públicos	20	17.988.772	16.394.756
Acionistas		2.843.685	2.842.761
Financiamentos obtidos	3:8;18	25.300.138	28.162.770
Outras dívidas a pagar	3:20	14.099.995	14.745.527
Diferimentos	3;11;20	3.059.597	1.506.663
Subtotal		122.827.081	130.304.007
TOTAL DO PASSIVO		179.022.019	186.030.240
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		387.048.715	381.358.328

A Administração,

O Contabilista Certificado,

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados	3;12;20;21	218.870.901	156.230.714
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	-	447.798
Variação nos inventários da produção	3;10	(61.366)	12.104
Trabalhos para a própria entidade	3	618.243	1.182.367
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(66.546.582)	(50.860.303)
Fornecimentos e serviços externos	20	(76.603.996)	(53.673.311)
Gastos com pessoal	3;19;20	(54.755.385)	(45.151.408)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	-	(59.096)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	1.402.744	(1.433.772)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(3.233.567)	(117.239)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(87.180)	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	14;20	25.099.447	31.146.984
Outros gastos	14;20	(18.919.479)	(21.476.882)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.783.780	16.247.955
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(7.400.055)	(6.880.435)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18.383.725	9.367.520
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(4.931.874)	(3.371.724)
Resultado antes de impostos		13.451.851	5.995.796
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(6.194.210)	(211.528)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.257.641	5.784.268
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		7.238.296	5.782.682
Interesses que não controlam		19.345	1.586
Subtotal		7.257.641	5.784.268
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		4,48	3,21

A Administração,

O Contabilista Certificado,

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		196.208.977	135.556.101
Pagamentos a fornecedores		(159.860.834)	(120.640.461)
Pagamentos ao pessoal		(48.189.888)	(40.597.914)
Caixa gerada pelas operações		(11.841.745)	(25.682.274)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.593.401)	(584.800)
Outros recebimentos/pagamentos		17.495.653	3.430.917
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		2.060.507	(22.836.158)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(2.814.557)	(4.035.198)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(48.100)	(37.454)
Outros ativos		(24.131.242)	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		-	1.880
Investimentos financeiros		-	23.222.151
Outros ativos		55.338.293	-
Juros e rendimentos similares		6.411.269	4.174.803
Dividendos		320.416	41.627
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		35.076.079	23.367.809
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		149.432.702	127.170.859
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(153.321.112)	(116.301.072)
Financiamentos <i>leasings</i>		(8.899.272)	(4.811.322)
Juros e gastos similares		(1.438.269)	(2.369.839)
Dividendos		(1.800.000)	(540.000)
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		(5.220.000)	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(21.245.951)	3.148.626
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		15.890.636	3.680.277
Efeito das diferenças de câmbio		(540.448)	2.166.597
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.878.274	7.031.400
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	28.228.462	12.878.274

A Administração,

O Contabilista Certificado,


Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2022

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2022	10.000.000	(950.000)	3.470.856	205.679.034	5.719.711	1.885.767	(36.291.544)	5.782.682	195.296.506	31.582	195.328.088
Aplicação do resultado do período	-	-	4.961	5.838.088	(60.366)	-	-	(5.782.682)	-	-	-
Posição em 01 de janeiro de 2022 após aplicação de resultados	10.000.000	(950.000)	3.475.817	211.517.121	5.659.345	1.885.767	(36.291.544)	-	195.296.506	31.582	195.328.089
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	(678.956)	678.956	8.917.827	5.782.682	8.917.827	10.179	8.928.006
Realização do excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações atuariais de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	(65.790)	-	3.585.614	5.782.682	3.585.614	-	3.585.614
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(744.746)	678.956	12.516.577	-	12.450.787	10.179	12.460.966
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	7.238.296	7.238.296	19.345	7.257.641
RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-	-	-	7.238.296	19.689.083	29.524	19.718.607
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão	-	-	-	(1.800.000)	-	-	-	(1.800.000)	(1.800.000)	-	(1.800.000)
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	(1.000.000)	(4.270.000)	50.000	-	-	-	-	(5.220.000)	(5.220.000)	-	(5.220.000)
Outras operações	(1.000.000)	(4.270.000)	50.000	(1.800.000)	-	-	-	(7.020.000)	(7.020.000)	-	(7.020.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2022	3	9.000.000	(5.220.000)	3.525.817	209.717.121	4.914.600	2.564.723	7.238.296	207.965.589	61.107	208.026.696

A Administração,

O Contabilista Certificado,



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2022

1. Nota Introdutória

—• ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde – Valongo, e junto com as empresas participadas (“Grupo”), tem como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente os decorrentes da guerra na Ucrânia. Este acontecimento tem originado impactos relevantes no atual enquadramento económico, mantendo-se uma perspetiva de elevada incerteza, nomeadamente no que se refere ao normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

O perímetro de consolidação da Conduril - Engenharia, S.A. inclui as seguintes entidades:

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL	%
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00
Edirio - Construções, S.A.	100,00
Métis Engenharia, Lda.	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00
Urano, Lda.	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00
Consolidação proporcional:	
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86
Método da equivalência patrimonial:	
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	21,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);

- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

— A. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas “Interesses que não controlam”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal as empresas onde exerce uma influência significativa, mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica "Outros rendimentos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. *Goodwill*

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

→ B. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

→ C. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

— D. LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

— E. INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão (a partir de 1 de julho de 2021, a sucursal do Gabão foi transformada em sociedade anónima, pelo que integra as empresas subsidiárias), é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

—● F. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuirão. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

—● G. GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

—● H. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

— I. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal, dado que o efeito da utilização do método do juro efetivo é considerado imaterial.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de

transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras consolidadas, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

— J. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos

passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras consolidadas, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

— K. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

— L. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do qual é, desde 01 de janeiro de 2022, a sociedade dominante.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

—• M. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

—• N. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

—• O. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Conduril - Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades, a Conduril - Engenharia, S.A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - “Benefícios dos empregados”.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

—• P. RÉDITO

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

— Q. GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

— R. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

— S. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

→ T. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

→ A. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

→ B. MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar, cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2022		2021	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar dos Estados Unidos	Euro	0,93756	n/a	0,88290	n/a
Dirame marroquino	Euro	0,08961	0,09334	0,09509	0,09398
Metical moçambicano	Euro	0,01566	0,01500	0,01383	0,01298
Escudo cabo-verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha zambiano	Euro	0,05181	0,05581	0,05296	0,04287
Kwacha malauiano	Euro	0,00089	0,00098	0,00108	0,00106
Kwanza angolano	Euro	0,00184	0,00203	0,00157	0,00135
Dólar zimbabuense	Euro	0,00140	0,00245	0,00812	0,00946

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

—● A. IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada das empresas que integram o Grupo, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

→ B. VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

→ C. RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

→ D. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores do Grupo.

→ E. RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "Caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Caixa e depósitos bancários"

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	165.798	257.048
Depósitos à ordem	22.181.199	7.067.519
Depósitos a prazo	5.881.465	5.553.707
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	28.228.462	12.878.274

5. Partes Relacionadas

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

— **A. TOTAL DE REMUNERAÇÕES:** 1.931.472 euros (2021: 1.339.235 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

— **A. NATUREZA DO RELACIONAMENTO DAS PARTES RELACIONADAS:**

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Ediário - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – <i>Chairman</i>			
Eng.º Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) – CEO			
Dr.º Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng.º Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

— B. TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2022:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	829.542	-	-
	829.542	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.663.492	17.870	40.000
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	-	-
	13.663.492	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcántara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	73.770	1.257.222	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	531.086	342.321	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	4.897.540	202.665	-
	6.722.184	1.802.208	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcántara - Garrovillas	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	107.979	2.538.014
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	151.747	71.058
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	334	278.528
Mugige Vinhos, Lda.	-	223.759
	260.060	3.111.359

Em 31 de dezembro de 2021:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	829.542	-	-
	829.542	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.612.314	17.870	40.000
	13.612.314	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcántara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	37.512	195.596	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	332.375	255.223	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	16.624	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.882.672	-	-
	5.472.347	467.443	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcántara - Garrovillas	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	95.082	478.165
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	195.670	192.064
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	283.018
Mugige Vinhos, Lda.	-	92.509
	290.752	1.045.756

6. Ativos Intangíveis

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

—● **A.** As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Programas de computador	6	16,67%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

—● **B.** Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

—● **C.** Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2022		31.12.2021	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Investigação e desenvolvimento	27.740	10.817	27.740	6.194
Direitos de superfície	5.885.521	651.525	5.877.514	637.279
Programas de computador	202.149	146.450	196.125	125.373
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Outros ativos intangíveis	10.780	3.006	218.080	2.737
Ativos intangíveis em curso	35.640	-	-	-
TOTAL	6.208.951	811.798	6.366.580	771.583

—● **D.** O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	31.12.2022	31.12.2021
Investigação e desenvolvimento	4.623	4.623
Direitos de superfície	13.892	9.266
Programas de computador	21.077	18.900
Outros ativos intangíveis	163	108
TOTAL	39.755	32.897

—● E. Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2022 e 2021 são os que se seguem:

	2022						TOTAL
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	
ATIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2021	27.740	5.877.514	196.125	47.121	218.080	-	6.366.580
Adições	-	-	6.024	-	-	35.640	41.664
Outras variações	-	8.007	-	-	(207.300)	-	(199.293)
Saldo em 31.12.2022	27.740	5.885.521	202.149	47.121	10.780	35.640	6.208.951
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2021	6.194	637.279	125.373	-	2.737	-	771.583
Adições	4.623	13.892	21.077	-	163	-	39.755
Outras variações	-	354	-	-	106	-	460
Saldo em 31.12.2022	10.817	651.525	146.450	-	3.006	-	811.798
VALOR LÍQUIDO	16.923	5.233.996	55.699	47.121	7.774	35.640	5.397.153

	2021					TOTAL
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.852.346	153.576	47.121	171.900	6.252.683
Adições	-	15.430	46.549	-	-	61.979
Outras variações	-	9.738	(4.000)	-	46.180	51.918
Saldo em 31.12.2021	27.740	5.877.514	196.125	47.121	218.080	6.366.580
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2020	1.571	625.756	106.370	-	2.488	736.185
Adições	4.623	9.266	18.900	-	108	32.897
Outras variações	-	2.257	103	-	141	2.502
Saldo em 31.12.2021	6.194	637.279	125.373	-	2.737	771.583
VALOR LÍQUIDO	21.546	5.240.235	70.752	47.121	215.343	5.594.997

7. Ativos Tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

—● A. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

—● B. Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

— C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 - 50	2% - 25%
Equipamento básico	3 - 30	3,33% - 33,33%
Equipamento de transporte	4 - 12	8,33% - 25%
Equipamento administrativo	3 - 25	4% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20	5% - 25%

— D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2022								
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2021	3.717.725	33.293.488	120.612.045	29.332.029	2.422.959	1.811.440	18.210.041	209.399.727
Adições	-	118.350	2.365.121	1.221.862	327.084	129.611	659.920	4.821.948
Alienações	-	-	(4.110.780)	(162.078)	-	(477)	-	(4.273.335)
Outras variações	-	343.404	343.738	46.363	20.028	(33.982)	-	719.551
Transf. e abates	-	1.050.028	(94.460)	(86.033)	-	-	(1.153.401)	(283.866)
Saldo em 31.12.2022	3.717.725	34.805.270	119.115.664	30.352.143	2.770.071	1.906.592	17.716.560	210.384.025
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2021	-	20.021.132	76.877.742	20.138.216	1.947.333	1.319.267	-	120.303.690
Adições	-	863.276	4.738.175	1.454.847	127.126	176.875	-	7.360.299
Alienações	-	-	(3.992.161)	(127.652)	-	(477)	-	(4.120.290)
Outras variações	-	215.118	323.057	49.729	20.094	(30.409)	-	577.589
Transf. e abates	-	-	(64.136)	(81.703)	-	-	-	(145.839)
Saldo em 31.12.2022	-	21.099.526	77.882.677	21.433.437	2.094.553	1.465.256	-	123.975.449
VALOR LÍQUIDO	3.717.725	13.705.744	41.232.988	8.918.706	675.518	441.336	17.716.560	86.408.576

2021								
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2020	2.918.326	28.659.726	117.408.461	27.461.803	2.273.752	1.738.467	20.422.688	200.883.223
Adições	799.399	703.959	4.610.572	2.278.987	143.930	62.194	1.278.300	9.877.341
Alienações	-	-	(1.417.506)	(315.855)	-	-	-	(1.733.361)
Outras variações	-	438.856	465.193	88.867	31.729	14.152	-	1.038.797
Transf. e abates	-	3.490.947	(454.675)	(181.773)	(26.452)	(3.373)	(3.490.947)	(666.273)
Saldo em 31.12.2021	3.717.725	33.293.488	120.612.045	29.332.029	2.422.959	1.811.440	18.210.041	209.399.727
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2020	-	18.852.090	73.379.568	19.366.674	1.860.705	1.185.132	-	114.644.169
Adições	-	891.904	4.640.267	1.109.528	81.765	124.074	-	6.847.538
Alienações	-	-	(1.118.199)	(253.073)	-	-	-	(1.371.272)
Outras variações	-	277.138	424.732	88.494	31.315	13.416	-	835.095
Transf. e abates	-	-	(448.626)	(173.407)	(26.452)	(3.355)	-	(651.840)
Saldo em 31.12.2021	-	20.021.132	76.877.742	20.138.216	1.947.333	1.319.267	-	120.303.690
VALOR LÍQUIDO	3.717.725	13.272.356	43.734.303	9.193.813	475.626	492.173	18.210.041	89.096.037

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	659.920	1.278.300
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	659.920	1.278.300

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	863.276	891.904
Equipamento básico	4.738.175	4.640.267
Equipamento de transporte	1.454.847	1.109.528
Equipamento administrativo	127.126	81.765
Outros ativos fixos tangíveis	176.875	124.074
TOTAL	7.360.299	6.847.538

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	21.099.526	20.021.132
Equipamento básico	77.882.677	76.877.742
Equipamento de transporte	21.433.437	20.138.216
Equipamento administrativo	2.094.553	1.947.333
Outros ativos fixos tangíveis	1.465.256	1.319.267
TOTAL	123.975.449	120.303.690

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	17.716.560	18.206.211
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	3.830
TOTAL	17.716.560	18.210.041

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2022	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	80.593.790	38.147.732	42.446.058
Angola	92.912.338	60.364.658	32.547.680
Moçambique	17.234.014	11.867.440	5.366.574
Marrocos	594.543	594.543	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.608.029	8.454.457	3.153.572
Malawi	4.714.565	2.873.486	1.841.079
Gabão	2.668.172	1.618.546	1.049.626
Zimbabué	7.226	4.881	2.345
TOTAL	210.384.025	123.975.449	86.408.576

31.12.2021	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	82.534.516	37.765.781	44.768.735
Angola	90.961.628	59.059.398	31.902.230
Moçambique	16.943.018	10.847.635	6.095.383
Marrocos	594.543	594.543	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.205.183	8.285.547	2.919.636
Malawi	4.730.026	2.283.521	2.446.505
Gabão	2.337.484	1.399.407	938.077
Zimbabué	41.981	18.152	23.829
TOTAL	209.399.727	120.303.690	89.096.037

8. Locações

8.1. Locações financeiras - Locatários

—● **A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:**

	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	235.711	141.750
Equipamento básico	19.735.324	17.816.643
Equipamento de transporte	259.211	5.845.491
TOTAL	20.230.246	23.803.884

—● **B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, e o seu valor presente:**

	31.12.2022	31.12.2021
Pagamentos mínimos até 1 ano	8.170.717	6.118.402
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	8.118.220	15.370.003
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	16.288.937	21.488.405
Pagamento de juros futuros	269.627	445.065
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	16.019.310	21.043.340

—● **C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:**

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Não mais de 1 ano	8.170.717	6.118.402	8.012.375	5.898.900
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	8.118.220	15.370.003	8.006.935	15.144.440
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	16.288.937	21.488.405	16.019.310	21.043.340

9. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Subsidiárias e Associadas

9.1. Empresas subsidiárias

—● **A. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Consolidação Integral
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Consolidação Integral
Urano, Lda.	99,00%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Consolidação Integral

9.2. Empreendimentos conjuntos

—● **A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Tecnovia

—● **B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	Método proporcional
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com esta participação.

—● **C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:**

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.3. Associadas

—● **A. Listagem e descrição das associadas:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

—● **B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:**

31.12.2022 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.387.636	(31.729.840)	(17.744.591)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.897.572	745.453	49.850
TOTAL	494.241			

31.12.2021 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	175.122.964	(10.799.807)	(17.224.738)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.292.084	1.482.870	1.343.528
TOTAL	494.241			

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2022, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	
	31.12.2022	31.12.2021
Rotas do Algarve Litoral, S.A. (Nota 18.4)	13.471.551	13.471.551
TOTAL	13.471.551	13.471.551

10. Inventários

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2022	31.12.2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21.271.934	17.309.011
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	352.666	411.403
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	21.624.600	17.720.414
Perdas por imparidade	(932.205)	(932.205)
TOTAL	20.692.395	16.788.209

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Inventário inicial	-	-	16.376.806	13.261.962
Perdas por imparidade em existências	-	-	-	(59.096)
Compras	-	-	70.434.415	53.931.453
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	75.090	102.790
Inventário final	-	-	(20.339.729)	(16.376.806)
GASTO DO PERÍODO	-	-	66.546.582	50.860.303

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Inventário inicial	411.403	385.710	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	2.629	13.589	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(352.666)	(411.403)	-	-
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	61.366	(12.104)	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	59.096
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	-	59.096

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2021	932.205
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2022	932.205

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2020	873.109
Reforço	59.096
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2021	932.205

11. Contratos de Construção

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto em que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2022	RÉDITO DE 2021
Contratos de construção	215.165.567	149.968.877
TOTAL	215.165.567	149.968.877

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2022	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	492.235.446	586.650.638	7.082.382	3.471.863
TOTAL	492.235.446	586.650.638	7.082.382	3.471.863

31.12.2021	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	340.144.847	401.181.869	18.092.594	2.770.783
TOTAL	340.144.847	401.181.869	18.092.594	2.770.783

12. Réditos

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- **A.** Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- **B.** Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- **C.** Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- **D.** Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas de bens	4.236.559	649.638
Prestações de serviços	214.634.342	155.581.076
Juros	6.101.845	4.347.502
Dividendos	320.416	41.627
TOTAL	225.293.162	160.619.843

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.760.802	479.975	-	(319.745)	3.921.032
Processos judiciais em curso	231.000	-	(231.000)	-	-
Outras provisões	37.669	3.077.623	-	(4.285)	3.111.006
	4.029.471	3.557.598	(231.000)	(324.031)	7.032.038
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	-	-	-	-
TOTAL	4.029.471	3.557.598	(231.000)	(324.031)	7.032.038

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.478.933	377.890	-	(96.021)	3.760.802
Processos judiciais em curso	-	231.000	-	-	231.000
Outras provisões	433.299	10.207	-	(405.837)	37.669
	3.912.232	619.097	-	(501.858)	4.029.471
Investimentos financeiros (Nota 9)	10.410	-	-	(10.410)	-
TOTAL	3.922.642	619.097	-	(512.268)	4.029.471

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, o Grupo está convicto de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011 e 2012), sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 91.992.828 euros (em 31 de dezembro de 2021, o montante ascendia a 115.658.143 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

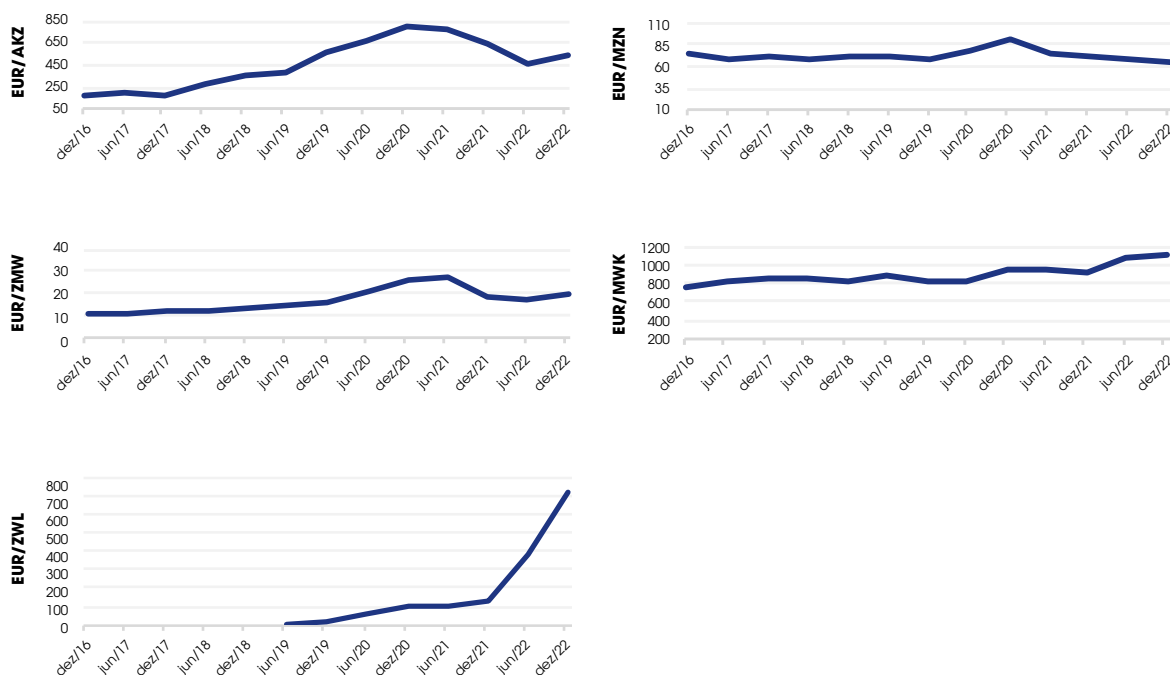
13.4. Gestão de riscos financeiros

— A. PRINCÍPIOS GERAIS

Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade do Grupo encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco do Grupo é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

— B. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

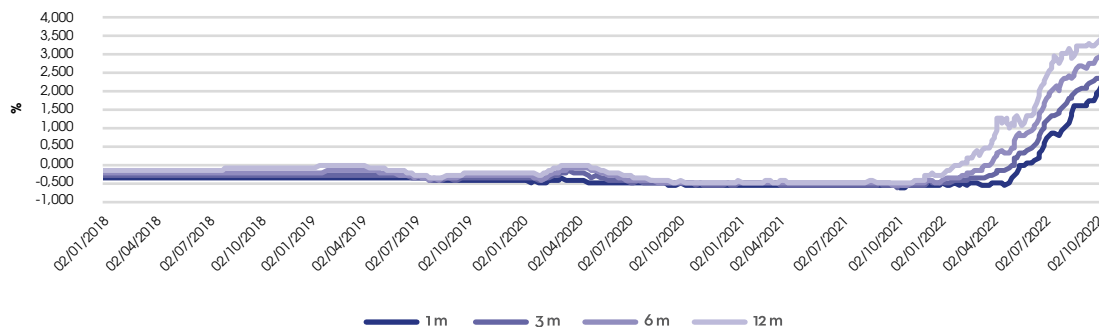
Estando a atividade do Grupo maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas kwanza, metical, kwacha zambiano, kwacha malauiano e dólar zimbabuense face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.



→ C. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. O Grupo tem apenas uma pequena parte do endividamento indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atento a este assunto de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.

EVOLUÇÃO DA TAXA EURIBOR



→ D. RISCO DE CRÉDITO

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

→ E. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- **Liquidez** - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimentos;
- **Segurança** - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- **Eficiência financeira** - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra do Grupo contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	14.066.281	16.515.102
TOTAL	14.066.281	16.515.102
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	15.337.399	20.307.178
TOTAL	15.337.399	20.307.178

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2021	(45.458.794)
Diferenças de câmbio favoráveis	14.957.388
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.966.909)
SALDO A 31.12.2022	(35.468.315)

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2020	(60.925.075)
Diferenças de câmbio favoráveis	43.392.259
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(27.925.978)
SALDO A 31.12.2021	(45.458.794)

15. Acontecimentos Após a Data do Balanço

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de março de 2023. O Conselho de Administração é da opinião de que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. Matérias Ambientais

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2022, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 395.997 euros (no período homólogo ascenderam a 250.244 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	395.997
TOTAL	395.997

17. Imposto Sobre o Rendimento

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	3.293.588	1.695.635
	3.293.588	1.695.635
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	2.900.622	(1.484.107)
	2.900.622	(1.484.107)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	6.194.210	211.528

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de impostos	13.451.851	5.995.796
Gasto com impostos sobre o rendimento	6.194.210	211.528
Taxa efetiva de imposto	46,05%	3,53%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	3.155.027	1.452.542
AJUSTAMENTOS:		
Resultados decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	169.757	(63.073)
Taxas diferenciadas de imposto	474.567	791.891
Gastos não aceites como custo fiscal	519.938	819.697
Provisões não aceites como gasto	661.906	23.848
Reversão de provisões não tributadas	(294.576)	(142.688)
Restituição de impostos	-	(14.978)
Outros rendimentos não tributados	(1.433.135)	(1.317.499)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(2.024.252)	(1.539.276)
Prejuízos fiscais gerados no período	1.049.861	519.182
Diferenças de câmbio não tributadas	321.218	(629.930)
Tributações autónomas	348.451	261.985
Impostos diferidos	2.900.622	(1.484.107)
Benefícios fiscais	(12.803)	-
Outros	357.629	1.533.934
	3.039.183	(1.241.014)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	6.194.210	211.528

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nos termos do artigo 54.º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	65.867	(2.127)	-	-	63.740
Gastos não aceites	6.990.029	535.961	321.218	(4.558.565)	3.288.643
Prejuízos fiscais reportáveis	834.001	(33.878)	-	(800.123)	-
TOTAL	7.889.897	499.956	321.218	(5.358.688)	3.352.383

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	730.364	47.724	-	(33.490)	744.598
Rendimento a tributar	5.013.022	336.319	597.308	(3.163.455)	2.783.194
Depreciações não aceites	-	-	462.790	-	462.790
TOTAL	5.743.386	384.043	1.060.098	(3.196.945)	3.990.582

A 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	65.867	-	-	-	65.867
Gastos não aceites	5.695.980	437.993	6.990.030	(6.133.974)	6.990.029
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	834.001	-	834.001
TOTAL	5.761.847	437.993	7.824.031	(6.133.974)	7.889.897

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	742.325	-	-	(11.961)	730.364
Rendimento a tributar	4.803.705	92.651	3.783.059	(3.666.393)	5.013.022
Depreciações não aceites	285.723	107.124	-	(392.847)	-
TOTAL	5.831.753	199.775	3.783.059	(4.071.201)	5.743.386

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2022		31.12.2021	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	123.603.465	-	106.626.942	(1.433.772)
Clientes, c/ garantias	7.616.362	-	6.240.046	-
Clientes de cobrança duvidosa	3.237.812	(3.237.812)	2.887.602	(2.887.602)
TOTAL	134.457.639	(3.237.812)	115.754.590	(4.321.374)

18.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2022	31.12.2021
Contas caucionadas	10.620.976	8.157.380
Empréstimos bancários	16.451.724	21.246.895
Papel comercial	25.150.000	20.000.000
Locações financeiras	16.019.310	21.043.340
Factoring	1.302.417	1.369.859
Descobertos bancários contratados	928.030	2.012.557
TOTAL	70.472.457	73.830.031

Adicionalmente, a maturidade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2022	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	10.620.976	-
Empréstimos bancários	4.437.976	12.013.748
Papel comercial	-	25.150.000
Locações financeiras	8.010.738	8.008.572
Factoring	1.302.417	-
Descobertos bancários contratados	928.031	-
TOTAL	25.300.138	45.172.319

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2021	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	8.157.380	-
Empréstimos bancários	10.724.074	10.522.821
Papel comercial	-	20.000.000
Locações financeiras	5.898.901	15.144.440
Factoring	1.369.859	-
Descobertos bancários contratados	2.012.556	-
TOTAL	28.162.770	45.667.261

18.4. Outros investimentos financeiros e ativos financeiros detidos para negociação

Os investimentos financeiros em associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	13.511.551	(40.000)	-	13.511.551	(40.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimento, S.A.	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Títulos de dívida pública - não corrente	4.487.960	-	-	19.880.583	-	-
Títulos de dívida pública - corrente	19.307.548	-	-	45.410.058	-	-
Obrigações do Tesouro - não corrente	19.343.419	-	-	-	-	-
Outros - FCT	156.039	-	-	107.879	-	-
Outros	1.797	-	-	1.590	-	-
TOTAL	43.662.784	13.511.551	(40.000)	65.766.131	13.511.551	(40.000)
Outros investimentos financeiros não correntes		37.826.787			33.827.624	
Outros investimentos financeiros correntes		19.307.548			45.410.058	

Os títulos de dívida pública angolana incluem títulos indexados em USD e AKZ e apresentam datas de maturidade em 2023, 2024 e 2026. O pagamento dos juros e o reembolso de capital dos títulos indexados ao USD são realizados em kwanzas, mas indexados à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Os títulos da dívida pública do Estado angolano foram recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas.

As Obrigações do Tesouro de Angola são em USD e apresentam data de maturidade em 2026, pelo que o pagamento dos juros e o reembolso de capital são realizados em USD.

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

— A. RENDIMENTOS DE JUROS PARA ATIVOS FINANCEIROS:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos bancários e títulos	6.101.845	4.346.564
Outros	-	938
TOTAL	6.101.845	4.347.502

— B. GASTOS DE JUROS PARA PASSIVOS FINANCEIROS:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2022	31.12.2021
Financiamentos	3.147.508	2.207.365
Locações financeiras	237.164	237.327
Outros	36.032	17.271
TOTAL	3.420.704	2.461.963

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2022		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	-	(1.402.744)	(655)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	(1.402.744)	(655)

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2021		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	1.433.772	-	36.815
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	1.433.772	-	36.815

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha um capital social de 9.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado. Em maio de 2022 ocorreu uma redução do capital social por extinção de ações próprias no montante de 1.000.000 euros.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2022, o capital social era composto por 1.800.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

18.9. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Reservas".

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa detém 180.000 ações próprias, correspondentes a 10% do seu capital social. O montante registado nesta rubrica reflete o valor de aquisição das ações próprias adquiridas em 2022.

18.10. Reservas legais

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido do período deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 3.094.492 euros.

18.11. Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, foi deliberado que o resultado líquido do período de 2021, no montante de 5.782.682 euros, fosse aplicado da seguinte forma: reservas livres em 3.982.682 euros e dividendos em 1.800.000 euros.

19. Benefícios dos Empregados

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2022, existiam 123 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2022, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2022	31.12.2021
Custo dos serviços correntes	604.836	442.116
Custo juros	214.773	310.142
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo, deduzido do juro líquido	(144.684)	(242.375)
Outras variações	129.946	100.830
TOTAL	804.871	610.713

Em 31 de dezembro de 2022, estávamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 2.295.660 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/ Outras variações de capital próprio", no montante de 1.954.261 euros (2021: 5.608.562 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2022 e 2021:

	PRESSUPOSTOS 2022	PRESSUPOSTOS 2021
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4,10%	1,24%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	456	366
Beneficiários	123	122

19.2. Benefícios de carácter social

A 31 de dezembro de 2022, os gastos relacionados com a atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua), que são financiados na sua totalidade pela Conduril, resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2022	31.12.2021
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e bolsas de estudo	119.321	140.762
Formação técnico-profissional, humana e cultural	22.176	26.393
Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais	6.342	8.798
TOTAL	147.839	175.953

20. Outras Informações

20.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.881.221	14.419.871
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	7.504.073	5.050.287
Outras tributações	2.150.241	1.819.708
TOTAL	23.535.535	21.289.866

PASSIVO	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	701.503	684.764
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.706.813	12.731.158
Contribuições para a Segurança Social	1.018.949	924.707
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.081.853	1.453.879
Outras tributações	479.654	600.248
TOTAL	17.988.772	16.394.756

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Mercado interno	138.805.421	99.488.602
Mercado externo	80.065.480	56.742.112
TOTAL	218.870.901	156.230.714

20.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Subcontratos	53.175.428	28.225.059
Serviços especializados	6.747.809	8.841.148
Materiais	1.144.255	1.154.863
Energia e fluidos	2.726.457	1.530.340
Deslocações, estadas e transportes	5.382.170	5.248.848
Rendas e alugueres	4.210.319	4.534.606
Comunicação	357.477	253.318
Seguros	1.074.305	1.152.798
<i>Royalties</i>	7.034	2.612
Contencioso e notariado	27.715	53.074
Despesas de representação	52.001	1.741
Limpeza, higiene e conforto	435.797	351.234
Outros serviços	1.263.229	2.323.670
TOTAL	76.603.996	53.673.311

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações dos órgãos sociais	1.702.061	1.227.052
Remunerações do pessoal	41.006.994	34.460.314
Benefícios pós-emprego (Nota 19.1)	804.871	610.713
Indemnizações	90.209	70.313
Encargos sobre remunerações	6.212.180	5.238.159
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.470.634	1.164.279
Gastos de ação social	2.605.860	1.888.236
Outros	862.576	492.342
TOTAL	54.755.385	45.151.408

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número médio de empregados foi de 2806 e 2369, respetivamente.

20.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos suplementares	1.132.332	1.818.022
Descontos de pronto pagamento obtidos	22.907	20.932
Diferenças de câmbio favoráveis	15.337.399	20.307.178
Ganhos em inventários	70.701	36.521
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	2.031	2.444.584
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.430.231	361.228
Juros obtidos	6.101.845	4.347.502
Dividendos obtidos	320.416	41.627
Correções relativas a períodos anteriores	50.593	143.931
Benefícios contratuais	185.401	445.323
Outros	445.591	1.180.136
TOTAL	25.099.447	31.146.984

20.6. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	3.522.988	1.507.553
Descontos de pronto pagamento concedidos	301	2.179
Dívidas incobráveis	25.288	867
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14.066.281	16.515.102
Gastos e perdas em investimentos financeiros	-	122.204
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	134.426	120.272
Correções relativas a períodos anteriores	220.004	2.891.366
Outros	950.191	317.339
TOTAL	18.919.479	21.476.882

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	3.384.672	2.444.692
Outros gastos e perdas de financiamento	1.547.202	927.032
TOTAL	4.931.874	3.371.724

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2022	31.12.2021
Gastos a reconhecer – seguros	752.048	628.779
Outros diferimentos	1.019.747	855.731
TOTAL	1.771.795	1.484.510

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	2.878.882	1.354.677
Outros diferimentos	180.715	151.986
TOTAL	3.059.597	1.506.663

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tem a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores saldos devedores	621.567	488.713
Adiantamento a fornecedores	1.040.119	1.105.580
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.859.911	19.099.483
Adiantamentos por conta de vendas	333.706	333.706
Pessoal	27.866	51.628
Devedores diversos	8.922.164	14.083.611
TOTAL	28.805.333	35.162.721

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tem a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes saldos credores	33.673	64.107
Pessoal	1.533.589	1.779.605
Fornecedores de investimentos	343.845	563.674
Credores por acréscimos de gastos – remunerações	2.866.556	2.407.165
Credores por acréscimos de gastos – outros	6.509.719	6.406.165
Credores diversos	2.812.613	3.810.926
TOTAL	14.099.995	15.031.642

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe no relatório de gestão individual que o resultado líquido do período, no valor de 7.238.296 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.620.000 euros, que correspondem a 1,00 euros por ação;
- Outras reservas: 5.618.296 euros.

21. Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 02 de junho:

21.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2022	31.12.2021
Portugal	138.978.328	102.347.785
Angola	38.754.193	23.188.016
Moçambique	10.013.680	10.015.240
Zimbabué	-	585.684
Zâmbia	6.998.278	3.351.332
Malawi	17.352.437	11.964.151
Gabão	6.773.985	4.778.506
TOTAL	218.870.901	156.230.714

21.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2022, ascenderam a 35.850 euros (2021: 32.650 euros).

A Administração,

O Contabilista Certificado,



Gabão



CAP. 04

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





Conselho Fiscal

EXERCÍCIO DE 2022

Exmos. Senhores Acionistas:

Impõe-se o registo, triste, do falecimento do Presidente do Conselho de Administração da Conduril, Sr. Engenheiro António Luís Amorim Martins. Com a vénia devida ao seu autor, gravamos aqui a lembrança do poema – belo, estimulante e sobretudo responsabilizante – com que abre o Relatório e Contas Consolidadas de 2022. O Sr. Eng^o. Amorim Martins que um dia escreveu gostar de adotar como sua a “boutade” de “ser poeta por vocação e engenheiro por necessidade” aprovaria certamente a mensagem transmitida.

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidadas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2022, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022,
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 17 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Júlio Gales Ferreira Pinto

Jorge Manuel Silva Tavares

Deolinda Paula Baptista Nunes



Portugal



Certificação
Legal
das Contas
Consolidadas





Certificação Legal das Contas Consolidadas

Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

—• OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 387.048.715 euros e um total de capital próprio de 208.026.696 euros, incluindo um resultado líquido de 7.238.296 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos

ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

—• BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

—• RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

—• RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

—• SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2023

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738

CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte
Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde – Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota
– Luanda – Angola
T. +244 929 637 913/9
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4,
Tchumene 2,
Parcela 3380/12 – Matola
– Moçambique
T. +258 203 004 71
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka – Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5,
Area Mandala
PO Box 907
Blantyre – Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après
le carrefour GP)
Libreville – Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua de São Gonçalo,
n.º 2013 - 2.º Dt.º
9500-343 Ponta Delgada –
Portugal

MÉTIS

Parque Industrial de Viana – B.º
Capalanga
Município de Viana –
Luanda – ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

URANO

Polo Industrial de Viana,
Zona do Km 25
Município de Viana – Comuna
do Zango – Luanda – ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-
metalomecanica.com

EDIRIO

Rua Dr. Francisco Sá
Carneiro, 22
4825-087 Água Longa –
Santo Tirso
T. +351 229 688 411
geral@edirio.pt

CONDURIL ZIMBABUÉ

75, Tredgold Way,
Lincoln Green
Belvedere, Harare –
Zimbabwe

